

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE DA  
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA**

I.	Considerações Gerais	3
II.	Introdução	3
i.	Objetivo e âmbito	3
ii.	Enquadramento Legal	4
iii.	Responsável pelo tratamento	4
iv.	Encarregado de Proteção de Dados	4
v.	Revisão e atualização	5
vi.	Referências relacionadas	5
III.	Definições de conceitos relevantes relativos à Proteção de Dados	6
IV.	Direitos dos Titulares dos Dados	8
i.	Direito de acesso	8
ii.	Direito de retificação	9
iii.	Direito ao apagamento	9
iv.	Direito à Limitação de Tratamento	10
v.	Direito de Oposição ao Tratamento	11
vi.	Reclamação	11
vii.	Informação	11
viii.	Direito de Portabilidade	12
ix.	Consentimento e revogação de consentimento	12
x.	Reclamação	12
xi.	Exercício de direitos pelo titular	13
xii.	Considerações relativamente a pedidos infundados ou excessivos	13
xiii.	Conteúdo mínimo dos pedidos	13
xiv.	Tomada de decisão automática	14
V.	Princípios de Tratamento dos Dados Pessoais	14
VI.	Categorias de Dados Pessoais e Categorias de Titulares de Dados	15
VII.	Recolha e Tratamento de Dados Pessoais	16
VIII.	Fundamentação para o tratamento de dados	17
IX.	Conservação dos Dados	18
X.	Garantias do Tratamento de Dados Pessoais	18
XI.	Comunicação dos Dados a outras Entidades (Destinatários, Terceiros e Subcontratados)	19
xv.	Subcontratantes	19

XII.	Transferência Transfronteiriça de Dados	20
XIII.	Medidas Técnicas e Organizativas de Segurança adotadas pela AdC	20
XIV.	Incidentes de Privacidade	21
XV.	Gestão de Risco e Avaliação de Impacto da Privacidade	22
XVI.	Contactos para efeitos da presente Política	22
XVII.	Outras Informações	22

## I. Considerações Gerais

A Autoridade da Concorrência (doravante “AdC”), com sede em Avenida de Berna, 19 1050-037 Lisboa, Portugal, pessoa coletiva de direito público, NIPC 506557057, de natureza institucional, dotada de património próprio e de autonomia administrativa e financeira, é a entidade responsável pela recolha e pelo tratamento dos dados pessoais para as finalidades indicadas na presente Política de Privacidade (doravante “Política”).

No decorrer da sua atividade, a AdC trata dados pessoais de vários titulares, nomeadamente colaboradores, Prestadores de Serviços, Cidadãos e outras entidades terceiras com as quais se relaciona, assim como qualquer pessoa singular que remete os seus dados.

A presente Política descreve as orientações e princípios adotados pela AdC para assegurar a proteção dos dados pessoais dos titulares, estabelecendo diretrizes relativas aos direitos dos titulares de dados e ao tratamento e livre circulação dos dados pessoais.

A AdC compromete-se a processar os dados pessoais com respeito pelas melhores práticas no domínio da segurança e da Proteção de Dados pessoais, valorizando a relação com todos os seus colaboradores e prestadores de serviços em todas as atividades que desenvolve.

Neste contexto, a AdC aprovou a presente Política com o objetivo de prestar de forma clara, simples e transparente todas as informações quanto à recolha e tratamento dos dados pessoais da sua responsabilidade em cumprimento do Regulamento (UE) 679/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (doravante “RGPD” ou “Regulamento”), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados e à livre circulação desses dados na UE, com a Lei 58/2019 de 8 de agosto e demais legislação europeia e nacional aplicável.

## II. Introdução

### i. Objetivo e âmbito

A presente Política apresenta orientações para agir com integridade e em conformidade com os requisitos previstos no RGPD no que respeita à proteção dos dados pessoais.

A aplicação do disposto na presente Política é abrangente a todo e qualquer tratamento de dados pessoais da AdC.

Os colaboradores da AdC devem respeitar a informação disposta na Política.

De forma a garantir a correta aplicação da Política e difusão do disposto, a AdC preocupa-se em facultar aos seus colaboradores formação no âmbito da Privacidade adequada às respetivas funções. Este facto não desresponsabiliza que todos os colaboradores tenham conhecimento desta Política e a compreendam.

Os pedidos de esclarecimento sobre a Política ou eventuais preocupações devem ser remetidos aos responsáveis pela Privacidade da AdC, utilizando os canais definidos para o efeito, que são apresentados na secção XVI Contactos da presente Política.

#### ii. Enquadramento Legal

A Política da AdC rege-se pelos princípios de Proteção de Dados enunciados no RGPD no que respeita à proteção das pessoas singulares no contexto de tratamento de dados pessoais e sua livre circulação, com execução na ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto de 2019.

O RGPD tem como objetivo principal assegurar o respeito pelo direito fundamental que cada pessoa tem em decidir sobre a utilização dos seus dados pessoais. O RGPD abrange todas as empresas que operam na União Europeia (UE), estando previsto que a lei nacional de cada país tome precedências sobre este em caso de conflito, ou em situações em que os requisitos definidos na lei sejam mais rigorosos.

O Regulamento pode ser consultado através do seguinte *link*: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ%3AL%3A2016%3A119%3ATOC>

#### iii. Responsável pelo tratamento

No âmbito da atividade que desenvolve nas suas diferentes áreas de atuação, a AdC é a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais, podendo ser contactada através do seguinte endereço de e-mail: [privacidade@concorrenca.pt](mailto:privacidade@concorrenca.pt)

#### iv. Encarregado de Proteção de Dados

Atendendo à obrigação legal que resulta da alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º do RGPD, a AdC, enquanto pessoa coletiva de direito público, com a natureza de entidade administrativa independente, designou um Encarregado de Proteção de Dados, responsável por garantir, entre outros aspetos, a conformidade das atividades de tratamento e proteção de dados pessoais sob a sua, de acordo com a legislação aplicável e com a presente Política.

Entre outras funções, é da sua responsabilidade:

- Monitorizar a conformidade do tratamento de dados com as normas aplicáveis;

- Servir de ponto de contacto para o esclarecimento de questões relativas ao tratamento de dados;
- Cooperar com a CNPD, na sua qualidade de autoridade de controlo;
- Prestar informação e aconselhar a AdC, ou as entidades subcontratadas, sobre as suas obrigações no âmbito da privacidade e proteção de dados.

Assim, os titulares de dados pessoais, caso o pretendam, podem endereçar uma comunicação ao Encarregado da Proteção de Dados, relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, utilizando, para o efeito, o seguinte email: [privacidade@concorrenca.pt](mailto:privacidade@concorrenca.pt)

#### v. Revisão e atualização

A AdC reserva-se ao direito de modificar, substituir e/ou revogar, na totalidade ou em parte, esta Política quando se verificar a necessidade para tal.

Esta Política está sujeita a uma revisão anual com o objetivo de garantir o alinhamento com as leis, regulamentos e boas práticas de negócio aplicáveis.

Quaisquer alterações à presente Política de Privacidade serão devidamente divulgadas junto dos Titulares dos Dados.

O disposto na Política é complementado com Termos de Utilização e Políticas próprias, as quais são igualmente vinculativas (ver mais informações na seção seguinte vi. Referências Relacionadas, i.e., Termos e Condições e Políticas de Cookies).

No que concerne às regras estabelecidas para o acesso e a utilização das plataformas informáticas disponibilizadas pela AdC, nomeadamente no *site* institucional “[www.concorrenca.pt](http://www.concorrenca.pt)” (*site* oficial) e quaisquer outras aplicações (*apps*) disponíveis para uso em computadores, *tablets*, telemóveis ou outros dispositivos deverá ser consultada a Secção “Termos & Condições” (disponíveis [aqui](#)<sup>1</sup>), que faz parte integrante da Política.

A versão atual desta Política está disponível através do seguinte *link*:  
<https://www.concorrenca.pt/pt/politica-de-privacidade>.

#### vi. Referências relacionadas

Ao longo da Política são referenciados outros documentos que orientam o Governo da Privacidade na AdC. Por consequência, e para uma melhor compreensão das temáticas desenvolvidas, deve ser considerada a leitura da seguinte informação:

---

<sup>1</sup> <https://www.concorrenca.pt/pt/termos-e-condicoes>

Documento	Link de acesso
Termos & Condições	<a href="https://www.concorrenca.pt/pt/termos-e-condicoes">https://www.concorrenca.pt/pt/termos-e-condicoes</a>
Política de Cookies	<a href="https://www.concorrenca.pt/pt/politica-de-cookies">https://www.concorrenca.pt/pt/politica-de-cookies</a>

### III. Definições de conceitos relevantes relativos à Proteção de Dados

Para uma melhor compreensão de todo o conteúdo desta Política, importa ter presente a definição de alguns dos conceitos mais relevantes em matéria de Proteção de Dados:

- a. **Anonimização:** alteração aplicada ao registo de dados pessoais que torne impossível (ou praticamente impossível) associar os dados a uma pessoa.
- b. **Autoridade de controlo:** autoridade pública independente criada pelo Estado a quem está atribuída a responsabilidade de fiscalizar a aplicação da legislação relativa à Proteção de Dados pessoais, a fim de defender os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares relativamente ao Tratamento e facilitar a livre circulação desses dados na UE.
- c. **Consentimento:** acordo válido legalmente em que uma pessoa autoriza o tratamento dos seus dados pessoais para determinada finalidade.
- d. **Controlador dos dados:** entidade que recolhe e trata os dados pessoais. No contexto desta política, são descritas as situações em que a AdC é a entidade controladora dos dados.
- e. **Dados Pessoais:** Qualquer informação relativa a uma pessoa física, identificada ou identificável, através da qual seja possível determinar direta ou indiretamente, e, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.
- f. **Categorias de Dados Pessoais:** Os dados pessoais podem agrupar-se em determinadas categorias como sejam: dados de identificação, de habilitações, de educação, financeiros, bancários, profissionais, de saúde, biométricos, etc.

- g. **Dados sensíveis:** a categoria de dados sensíveis abrange dados de categoria especial, conforme definido no Regulamento: origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, dados genéticos, dados biométricos que permitam identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual. Poderão existir outros dados de natureza sensível (p.ex.: sanções criminais ou infrações penais).
- h. **Definição de Perfil:** qualquer forma de tratamento automatizado dos dados pessoais que consiste em utilizar esses dados para avaliar determinados aspetos pessoais do utilizador, nomeadamente para analisar ou prever aspetos relacionados com as preferências pessoais e interesses.
- i. **Incidente ou violação:** situação em que haja uma suspeita que dados pessoais tenham sido ilegalmente obtidos, modificados, copiados, transmitidos ou utilizados.
- j. **Interesse legítimo:** o interesse legítimo ocorre em situações em que o titular dos dados requeira um serviço ou ação por parte da AdC, cuja execução depende estritamente da recolha e tratamento de dados pessoais (p.ex.: a recolha da morada para a prestação de um serviço ao domicílio, ou a recolha de identificação bancária para efeitos de tratamento salarial).
- k. **Responsável pelo tratamento:** Pessoa física ou jurídica que, por si ou conjuntamente com outros, determine os fins e os meios de tratamento de dados pessoais.
- l. **Subcontratante:** Pessoa singular ou coletiva que trata dados pessoais por conta do Responsável pelo Tratamento.
- m. **Terceiros/entidades terceiras:** entidades externas à AdC a quem a própria transmite dados pessoais.
- n. **Titular dos Dados:** qualquer pessoa singular cujos dados pessoais sejam sujeitos a um tratamento.
- o. **Transmissão de dados:** a transmissão ocorre sempre que dados pessoais em posse da AdC são transmitidos ou partilhados com terceiros.



- p. **Transmissão internacional:** a transmissão de dados é considerada internacional quando o destinatário se encontra fora do espaço onde é aplicável o RGPD (fora da UE).
- q. **Tratamento:** uma operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados - tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou a alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, a transmissão, a difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou a interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

#### IV. Direitos dos Titulares dos Dados

A AdC, em conformidade com os requisitos regulatórios, garante que os titulares dos dados usufruem de um conjunto de direitos relativos à forma como os seus dados são recolhidos, processados e protegidos.

Para o exercício dos seus direitos, o titular dos dados deverá enviar por escrito para o endereço de *email* definido para o efeito, disponível na seção XVI Contactos da presente Política.

Antes de dar resposta aos pedidos, a AdC preocupa-se em garantir a segurança dos dados, solicitando a autenticação do titular dos dados. Neste sentido, sempre que necessário, poderá ser solicitado uma prova de identificação do titular. Na impossibilidade de identificar o titular dos dados, a AdC reserva o direito de não responder a pedidos de invocação destes direitos, comunicando esta situação ao titular dos dados.

Quando o titular dos dados é menor de idade, os seus direitos podem ser invocados pelos titulares das responsabilidades parentais da criança, salvo exceções contempladas nos requisitos regulatórios.

Aos Titulares dos Dados é garantido:

##### i. Direito de acesso

Tal significa que o Titular dos Dados tem o direito de obter da AdC a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são, ou não, objeto de tratamento, o direito de aceder aos mesmos, de os manter atualizados, de obter cópia dos mesmos e de obter as seguintes informações acerca do tratamento dos seus dados:

- a. Finalidades do tratamento dos dados;

- b. Categorias dos dados pessoais;
- c. Destinatários ou categorias de destinatários dos dados;
- d. A transferência dos dados a um país fora da União Europeia;
- e. Se for possível, o prazo previsto de conservação dos dados pessoais;

ii. Direito de retificação

A AdC assegura a existência de meios que permitam ao titular dos dados retificar os seus dados pessoais, caso estes estejam incorretos/inexatos, ou completá-los, caso se encontrem incompletos.

iii. Direito ao apagamento

O titular tem o direito de obter o apagamento dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:

- a. Quando deixem de ser necessários para a finalidade para os quais foram recolhidos ou tratados;
- b. Quando o titular retirar o consentimento em que se baseia o tratamento de dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
- c. Quando o titular dos dados exercer o seu direito de oposição ao tratamento e não existam outros interesses legítimos prevalecentes para o tratamento;
- d. Quando sejam tratados ilicitamente;
- e. Quando os dados devam ser eliminados para o cumprimento de uma obrigação jurídica aplicável à AdC enquanto responsável pelo tratamento.

Tal direito não se aplicará, contudo, quando o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação legal a que a AdC esteja sujeita (por exemplo, para efeitos de cumprimento de obrigações legais de conservação decorrentes da legislação aplicável), para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial ou para fins de arquivo de interesse público.

Os pedidos recebidos são analisados e, se forem considerados válidos à luz dos requisitos regulatórios, a AdC compromete-se a realizar as diligências necessárias para dar resposta ao exercício deste direito num prazo máximo de um mês. Se os pedidos realizados não forem considerados válidos, a AdC não os processará e comunicará ao titular dos dados os motivos associados a essa decisão.

#### iv. Direito à Limitação de Tratamento

A AdC assegura a existência de meios que permitam ao titular dos dados solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

O titular pode solicitar a limitação do tratamento dos seus dados por tempo indeterminado, quando pretender suspender o tratamento, mas conservar os seus dados. Esta situação pode verificar-se quando:

- a. O titular conteste a exatidão dos dados, sendo o tratamento limitado durante um período de tempo que permita à AdC verificar a exatidão dos mesmos;
- b. se o tratamento for ilícito e o titular se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- c. A AdC, na qualidade de responsável, já não necessite dos dados para fins de tratamento, mas o titular dos dados solicite a sua manutenção para outros fins, nomeadamente efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; ou
- d. se o titular tiver oposto ao tratamento, até se verificar que os motivos legítimos do responsável prevalecem sobre os do titular dos dados.

Quando um tratamento é limitado, os dados pessoais só serão novamente tratados se o titular der consentimento, salvo tratamentos específicos contemplados na lei. A AdC garante que o titular que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes de ser anulada a limitação ao referido tratamento.

A AdC reserva o direito de limitar o tratamento de dados dos titulares quando não necessite deste, comprometendo-se a conservar os dados pelo período de retenção pré-estabelecido. A AdC garante que o titular que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes da sua anulação.

v. Direito de Oposição ao Tratamento

A AdC assegura a existência de meios que permitam ao titular dos dados opor-se a determinados tratamentos de dados pessoais para determinadas finalidades de seguida elencadas, sem prejuízo de diretivas ou leis em vigor:

- a. Cumprimento de funções de interesse público, para a prossecução de um interesse legítimo do referido responsável ou de um terceiro;
- b. Garantia de que a finalidade do tratamento é compatível com a finalidade para a qual os dados foram inicialmente recolhidos, incluindo a definição de perfis (“*profiling*”). O titular tem direito a não ser objeto de elaboração de perfis cuja finalidade seja adotar decisões individuais baseadas num tratamento automatizado de dados e destinadas a avaliar, analisar ou prever os seguintes aspetos pessoais: rendimento profissional, situação económica, saúde, preferências ou interesses pessoais, comportamento, localização ou movimentação de uma pessoa, exceto quando exista o consentimento explícito, um contrato ou fundamento legal (artigo 22.º do RGPD);
- c. Envio de comunicações de *marketing* ou para o tratamento realizado para publicidade direcionada, com base nos interesses legítimos da AdC.

Se os pedidos realizados não forem considerados válidos, a AdC não os processará e comunicará ao titular dos dados os motivos associados a essa decisão.

vi. Reclamação

É ainda garantido o direito à reclamação perante o responsável pelo tratamento e perante a autoridade de controlo caso discorde do modo como os seus dados foram tratados.

vii. Informação

O responsável pelo tratamento (RT) está obrigado a tomar as medidas adequadas, designadamente através da criação de uma Política de Informação, para facultar ao titular dos dados, de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso a comunicação acerca dos detalhes do tratamento e do exercício dos direitos sobre os seus dados (artigos 12.º, 13.º e 14.º do RGPD).

O Titular de Dados tem ainda o direito à informação sobre a origem dos dados, caso os dados não sejam recolhidos junto do titular.

#### viii. Direito de Portabilidade

Ao titular dos dados é ainda garantido o direito à Portabilidade quando os dados tiverem sido tratados com meios automatizados, devendo o titular dos dados receber os dados num formato estruturado, de uso corrente e leitura automática ou podendo solicitar a transmissão desses dados a outro responsável pelo tratamento.

A AdC reserva o direito de recusar pedidos de portabilidade sempre que estes prejudiquem os direitos e as liberdades de terceiros, ou entrem em conflito com os requisitos regulatórios.

#### ix. Consentimento e revogação de consentimento

É garantido o direito a retirar o consentimento quando o tratamento se tenha fundado no consentimento do titular, desde que não comprometa a licitude do tratamento efetuado até essa data, com base no consentimento anteriormente prestado.

A AdC recolhe o consentimento do titular para recolher e tratar os seus dados pessoais para as finalidades identificadas, exceto nas situações em que o tratamento se enquadre no âmbito de uma prestação de serviço ou execução de contrato, ou outra situação em que existam requisitos legais legítimos nos termos do artigo 6.º do RGPD, *i.e.* quando existe interesse legítimo da AdC ou quando esse tratamento é necessário para que a AdC desempenhe a sua atividade e o tratamento não coloca em causa os interesses dos titulares ou os seus direitos e liberdades fundamentais (por exemplo, a recolha e tratamento do número de identificação fiscal para emissão de uma fatura).

A AdC garante ao titular dos dados o direito de revogar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado. Antes de dar o seu consentimento, a AdC informa o titular dos dados deste facto. Poderá haver situações em que a AdC mantenha os dados pessoais, ainda que o consentimento seja invocado pelo titular, desde que haja obrigação legal para o efeito. Nessa situação, a AdC irá informar o titular dos dados pessoais da respetiva fundamentação para a conservação dos dados.

#### x. Reclamação

O titular dos dados pode reclamar diretamente à Autoridade Nacional de Controlo no âmbito da Proteção de Dados, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito (em [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt)).

A Entidade responsável por dar seguimento aos pedidos de exercício dos direitos dos titulares de dados é a Autoridade da Concorrência, cujos contactos são indicados em seguida:

*E-mail:* [privacidade@concorrenca.pt](mailto:privacidade@concorrenca.pt)

Morada: Avenida de Berna, 19, 1050-037 Lisboa

xi. Exercício de direitos pelo titular

O exercício dos direitos pelo titular pode ser realizado pelo titular mediante contacto com a AdC, a qual dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) ao pedido do titular no prazo máximo de um mês a contar da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade e elevado número de pedidos, em que esse prazo pode ser prorrogado até dois meses.

Email: [privacidade@concorrenca.pt](mailto:privacidade@concorrenca.pt)

Morada: Avenida de Berna, 19, 1050-037 Lisboa

xii. Considerações relativamente a pedidos infundados ou excessivos

Em termos gerais, qualquer informação fornecida pela Entidade Responsável, bem como qualquer comunicação que envie ou ação que realize, em resposta a um pedido de exercício de Direitos dos titulares de dados ou de revogação de consentimento, será efetuada a título gratuito.

Não obstante ao mencionado no ponto anterior, sempre que os pedidos sejam infundados ou excessivos, por exemplo, por ser realizado mais do que um pedido pelo mesmo titular dos dados no prazo de 6 meses, a Entidade responsável poderá:

- a. Exigir o pagamento de uma taxa equivalente aos custos administrativos suportados para fornecer a informação ou realizar a comunicação ou a tomada de medidas solicitadas.
- b. Recusar-se a agir em relação ao pedido, devendo informar o titular dos dados no prazo de um mês a contar da receção do pedido, como descrito no capítulo V xi.  
*Prazos de decisão dos pedidos.*

xiii. Conteúdo mínimo dos pedidos

Os pedidos recebidos sobre Direitos de titulares de dados e revogação do consentimento do titular dos dados devem conter a seguinte informação:

- a. Nome, apelidos do titular dos dados e fotocópia de documento de identificação e, caso aplicável, da pessoa que o represente, ou instrumentos eletrónicos equivalentes, bem como o documento ou instrumento eletrónico comprovativo de tal representação. A utilização de assinatura eletrónica identificativa do titular isentará a apresentação de cópia de documento de identificação;
- b. Requerimento no qual se concretiza o pedido;
- c. Domicílio para efeitos de notificações, data e assinatura do requerente;
- d. Documentos que comprovem o requerimento formulado, caso aplicável.

Se o pedido não reunir os requisitos especificados, deverá ser solicitada a sua correção ao titular dos dados, sempre no prazo de um mês a contar da receção do pedido, nos termos descritos no capítulo V xi. *Prazos de decisão dos pedidos*. Além disso, se a AdC, na qualidade de responsável, não possuir os dados do titular, deverá comunicar-lhe esse facto no referido prazo e nos termos indicados no ponto xi.

#### xiv. Tomada de decisão automática

Atualmente, a AdC não tem processos de tomada de decisão automática.

## V. Princípios de Tratamento dos Dados Pessoais

O tratamento de dados pessoais na AdC rege-se pelos seguintes princípios:

- a. Lícito, leal e transparente - os dados pessoais são tratados de forma lícita e transparente, comunicando ao titular quais os dados recolhidos, as finalidades com que os dados são tratados, os destinatários a quem estes serão comunicados e qual o seu prazo de conservação.
- b. Finalidades determinadas, explícitas e legítimas - os dados pessoais são tratados para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser posteriormente tratados de uma forma incompatível com essas finalidades.
- c. Integridade e confidencialidade dos dados - a segurança dos dados pessoais é garantida através da adoção de medidas que permitam a proteção contra o tratamento não autorizado ou ilícito dos dados, bem como contra a sua perda, destruição ou danificação acidental.

- d. Exatidão e atualização dos dados - a exatidão e atualização dos dados é garantida através da disponibilização de canais específicos que permitem ao titular dos dados comunicar eventuais atualizações, bem como medidas de revisão e análise da qualidade dos dados, garantindo que os dados inexatos sejam apagados ou retificados de imediato.
- e. Minimização de dados - as operações de recolha de dados são alvo de análise prévia garantindo que apenas são recolhidos os dados pessoais pertinentes e estritamente necessários tendo em conta a finalidade do respetivo tratamento. Neste sentido, muitas das operações de recolha de dados pessoais têm por base formulários com campos limitados garantindo que o titular dos dados não comunica mais dados pessoais que os adequados à situação em causa.
- f. Limitação da conservação - os dados pessoais são conservados durante um período de tempo pré-definido, designado por período de retenção. Este é definido tendo em consideração o período necessário para a finalidade com que são tratados. Após o período de retenção, os dados pessoais são eliminados ou anonimizados, deixando de ser possível relacionar os dados com o seu titular.
- g. Responsabilidade pelos dados - a AdC assume a responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais dos titulares, mesmo que o tratamento seja realizado por entidades subcontratadas.

Enquanto responsável pelo tratamento, a AdC compromete-se a assegurar que o tratamento dos dados dos titulares é feito no estrito cumprimento dos princípios mencionados, e que está em condições de poder comprovar o cumprimento dos mesmos.

## VI. **Categorias de Dados Pessoais e Categorias de Titulares de Dados**

No âmbito da sua atividade, a AdC recolhe e trata dados pessoais relativos às seguintes categorias:



- a. Dados Gerais: dados pessoais que não correspondem a categorias especiais de dados nem a condenações ou delitos penais, como é o caso do nome, morada, email, telefone, idade, género, assinatura, imagem, património, dados bancários, dados de localização, identidade física, genética, fisiológica, psíquica, económica, social, cultural, informação académica ou outros elementos próprios da sua identidade (artigo 4.º, n.º 1 do RGPD);
- b. Dados Especiais: dados relativos à origem étnica ou racial, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, dados genéticos ou biométricos que permitam a identificação unívoca de uma pessoa, dados relativos à saúde ou à vida e orientação sexual. O tratamento destes dados é proibido pelo RGPD exceto quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para fins específicos; quando seja necessário para proteger interesses vitais do titular dos dados e está incapacidade para dar o consentimento; quando o titular tornou públicos os seus dados (artigo 10.º do RGPD).

Os dados recolhidos e tratados respeitam a dados pessoais de trabalhadores, prestadores de serviços, membros de órgãos de sociedades e outros cidadãos que se relacionem com a atividade da AdC.

## **VII. Recolha e Tratamento de Dados Pessoais**

Os dados pessoais são recolhidos diretamente dos seus titulares, mediante contacto pessoal ou por escrito (por correio eletrónico, via postal, preenchimento de formulários online, entre outros), para as finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com essas finalidades.

Caso sejam recolhidos dados pessoais junto de terceiros, o titular dos dados pessoais será informado da recolha e dos seus direitos enquanto Titular de Dados pessoais.

A AdC assegura que o acesso aos dados pessoais recolhidos é limitado ao que for estritamente necessário para as finalidades definidas.

Os dados recolhidos pela AdC poderão ainda ser partilhados, desde que o consentimento seja prestado ou haja fundamentação legal para o efeito nos termos do artigo 6.º do RGPD, nomeadamente, com:

- a. Entidades destinatárias e/ou terceiros.

- b. Entidades que prestem serviços à AdC na qualidade de subcontratantes.
- c. Entidades que pertençam à rede da AdC, no âmbito das suas atividades, em países fora da União Europeia, relativamente aos quais esteja assegurado o nível de proteção adequada.
- d. Autoridades competentes às quais a AdC se encontre juridicamente obrigada a divulgar informações no decurso de processos judiciais ou administrativos, ou a detetar problemas técnicos e/ou de segurança.
- e. Entidades indicadas pelo Titular dos Dados, a pedido deste último.

A AdC assume-se como entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais que forem recolhidos por via da atividade do utilizador nas Plataformas ou por via de contato pessoal, presencial, telefónico, por correio eletrónico ou postal com essa entidade. A identificação de cada responsável pelo tratamento é-lhe disponibilizada no momento da recolha de dados pessoais.

#### VIII. Fundamentação para o tratamento de dados

A licitude do tratamento dos dados realizado pela AdC resulta, em regra, do exercício de funções de interesse público ou autoridade pública de que está, por lei, investida.

A AdC apenas procede ao tratamento de dados pessoais dos titulares de acordo com a respetiva fundamentação de licitude. As situações mais comuns de tratamento de dados pessoais são as seguintes:

- a. Existência de um interesse legítimo da AdC no cumprimento e desenvolvimento da relação contratual ou pré contratual;
- b. O cumprimento das obrigações previstas na legislação aplicável;
- c. O consentimento explícito do titular dos dados, caso o mesmo seja prestado, para a finalidade expressamente comunicada ao mesmo.

A AdC, no âmbito da sua atividade, trata os dados para as seguintes finalidades:

- execução das atribuições que lhe são cometidas enquanto autoridade independente e para cumprimento de obrigações legais;
- análise de reclamações de utentes e respostas;

- pedidos de informação;
- resposta a procedimentos de consulta pública;
- análise e seguimento de candidaturas no âmbito de processos de recrutamento;
- registo de destinatários de correspondência e de outros contactos.

## **IX. Conservação dos Dados**

Todos os Dados Pessoais são conservados pela AdC enquanto se mantiverem em vigor as relações existentes com os respetivos titulares, ou pelo prazo legal de conservação ou por se manter o fim pelo qual os mesmos foram recolhidos, de forma a permitir a identificação dos titulares até que tenham cessado definitivamente essas relações ou obrigações. Os dados recolhidos serão destruídos quando deixarem de servir às finalidades para as quais foram recolhidos, sem prejuízo de existirem outros fundamentos que justifiquem a conservação dos dados.

Os dados pessoais recolhidos são conservados em formato que possibilite a identificação dos titulares apenas durante o período estritamente necessário à prossecução das finalidades subjacentes ao seu tratamento.

Caso existam obrigações legais às quais a AdC esteja vinculada e que obriguem a conservação dos dados durante um período de tempo mais alargado, a AdC salvaguarda os respetivos dados.

## **X. Garantias do Tratamento de Dados Pessoais**

O tratamento de dados pessoais na AdC processa-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos seus titulares, comunicando-lhe aquando da recolha dos dados pessoais a seguinte informação:

- a. as finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam;
- b. quais os fundamentos para o tratamento (interesses legítimos da AdC, obrigação legal ou contratual) caso não exista consentimento explícito por parte do titular, bem como as eventuais consequências de não fornecer esses dados;
- c. as categorias dos destinatários dos dados pessoais, se aplicável;
- d. se os dados pessoais são transmitidos para um país terceiro ou uma organização internacional;

- e. o prazo de conservação dos dados pessoais ou, se não for possível, os critérios usados para definir esse prazo;
- f. a existência de tomadas de decisão automatizadas, se aplicável;
- g. os seus direitos enquanto titular dos dados, que inclui o direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo;
- h. o contacto da AdC e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados.

Caso os dados não sejam recolhidos junto do titular, e este não tenha tido informação sobre a recolha, a AdC assegura medidas que permitam, num prazo máximo de um mês após a obtenção dos dados pessoais, comunicar ao titular os pontos acima enunciados, complementando com a seguinte informação:

- a. a origem dos dados pessoais;
- b. a categoria dos dados que foram recolhidos.

A AdC compromete-se a comunicar ao titular dos dados sempre que tenha intenção de utilizar os seus dados para outras finalidades que não as previamente comunicadas.

#### **XI. Comunicação dos Dados a outras Entidades (Destinatários, Terceiros e Subcontratados)**

A AdC, no âmbito da sua atividade, recorre a outras entidades para a prestação de determinados serviços, nomeadamente prestadores de serviços em determinados momentos do processo de recrutamento ou auxílio na realização de eventos.

Essas entidades assumem a qualidade de destinatários, terceiros ou subcontratantes. Quando tal sucede, a AdC toma as medidas adequadas, de forma a assegurar que as entidades que tenham acesso aos dados oferecem as mais elevadas garantias de segurança, o que, no caso de subcontratantes, fica devidamente consagrado e acautelado contratualmente.

As relações com os subcontratantes estarão contratualmente formalizadas e respeitam todos os requisitos da legislação aplicável e são de seguida com maior detalhe enunciadas.

#### xv. Subcontratantes

A AdC recorre a entidades subcontratadas para a prestação de serviços que podem envolver o tratamento de dados pessoais. A AdC mantém a responsabilidade sobre o tratamento dos dados, mesmo quando os tratamentos são realizados por entidades subcontratadas.

Nesta transmissão dos dados pessoais, a AdC assegura o cumprimento dos requisitos regulatórios aplicáveis e, se necessário, solicita o consentimento explícito do titular dos dados.

No processo de aquisição destes serviços, a AdC verifica se a entidade que pretende subcontratar apresenta um nível de proteção de dados adequado.

Nos contratos celebrados é definido que as entidades subcontratadas só podem efetuar única e exclusivamente os tratamentos solicitados pela AdC e são impostos requisitos que asseguram o correto tratamento destes dados, de acordo com os princípios enunciados na secção VI. *Princípios aplicáveis ao tratamento de dados*, bem como a existência de mecanismos necessários à execução dos direitos enunciados na secção V. *Direitos do Titular de Dados*.

## **XII. Transferência Transfronteiriça de Dados**

A AdC pode transmitir dados pessoais por razões de interesse público, nos termos do disposto no artigo 49.º /1, alínea d), e nº 4 do RGPD e artigo 22.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

A AdC compromete-se a assegurar a segurança e integridade dos dados na transferência transfronteiriça (fora da União Europeia) dos mesmos e a informar o titular dos dados desta transferência sempre que esta ocorra., cumprindo rigorosamente as disposições legais aplicáveis, nomeadamente quanto à determinação da adequabilidade do(s) país(es) de destino no que respeita a Proteção de Dados pessoais e aos requisitos aplicáveis a tais transferências, incluindo, sempre que aplicável, a celebração dos instrumentos contratuais adequados e que garantem e respeitam as exigências legais em vigor.

## **XIII. Medidas Técnicas e Organizativas de Segurança adotadas pela AdC**

A AdC definiu e implementou um conjunto de medidas técnicas e organizativas adequadas e necessárias, para assegurar e comprovar que todos os tratamentos de dados pessoais efetuados estão em conformidade com a legislação de Proteção de Dados Pessoais. As medidas adotadas permitem garantir designadamente a confidencialidade e a integridade dos dados e prevenir a destruição, a perda e as alterações acidentais ou ilícitas ou, ainda, a divulgação e/ou acesso não autorizado de dados.

A AdC implementa um conjunto de medidas processuais e tecnológicas que visam garantir a segurança do tratamento dos dados pessoais caso este seja efetuado pela AdC ou por empresas contratadas por si.

Ao nível da conservação dos dados estão definidos procedimentos e controlos de segurança, quer a nível físico, quer a nível digital, para assegurar a integridade dos dados e controlo de acesso aos mesmos e que apenas acedem aos dados os utilizadores autorizados

A AdC garante a segurança dos dados pessoais, incluindo a proteção contra o acesso ilegítimo, a apropriação, a adulteração e/ou divulgação não autorizadas, a eliminação indevida e a disseminação de software malicioso (vírus informáticos), adotando a AdC as medidas técnicas e organizativas adequadas para esse efeito.

Em matéria de Privacidade e Proteção de Dados pessoais, as obrigações da AdC para com o utilizador, enquanto Titular de Dados pessoais, são obrigações de meios (e não de resultado), razão pela qual, ao aceder às Plataformas e aos Conteúdos, o utilizador reconhece e aceita, de igual modo, correr os riscos inerentes a tal atividade no ambiente digital e eletrónico, nomeadamente, o acesso ilegítimo, a apropriação, a adulteração e/ou divulgação não autorizadas, a eliminação indevida e a disseminação de software malicioso (vírus informáticos).

O utilizador reconhece e aceita, ainda, que a AdC, os seus administradores, diretores e funcionários, não poderão ser responsabilizados pelos atos ilícitos praticados por terceiros, incluindo outros utilizadores, nomeadamente os referidos no número anterior, mesmo nos casos que tais atos provoquem prejuízos, seja de ordem patrimonial ou de ordem moral.

Qualquer comunicação ou mensagem enviada pelo utilizador por correio eletrónico, transmissão de arquivos e ficheiros, inclusão de dados ou qualquer outra forma de comunicação não solicitada e, desde que não contenha instruções em contrário, será considerada não confidencial e livre de quaisquer restrições de uso.

#### **XIV. Incidentes de Privacidade**

Em caso de violação de dados pessoais, e na medida em que tal violação seja suscetível de resultar num risco elevado para os direitos e liberdades do titular, o Responsável pelo Tratamento de Dados notificará a autoridade de controlo nacional dessa violação, bem como comunicará a violação ao titular dos dados, até 72 horas após ter tido conhecimento da mesma.

Qualquer violação de dados pessoais, cujo tratamento seja da responsabilidade da AdC, poderá ser reportada através dos seguintes meios: e-mail, a remeter para [privacidade@concorrenca.pt](mailto:privacidade@concorrenca.pt).

#### **XV. Gestão de Risco e Avaliação de Impacto da Privacidade**

A AdC conduz uma avaliação de impacto na Privacidade das operações de tratamento previstas sempre que o tratamento em causa seja considerado como tendo risco elevado para os direitos e liberdades dos titulares de dados. Caso exista um conjunto de operações de tratamento que apresente riscos elevados semelhantes, estes podem ser analisados numa única avaliação.

#### **XVI. Contactos para efeitos da presente Política**

Para o exercício dos direitos acima referenciados, com destaque para os direitos de acesso, retificação e apagamento e os de limitação e oposição ao tratamento, os Titulares dos Dados devem dirigir as suas comunicações por via postal para AdC – Autoridade da Concorrência, Avenida de Berna, 19, 1050-037 Lisboa, Portugal ou através do endereço de correio eletrónico: *privacidade@concorrenca.pt*.

#### **XVII. Outras Informações**

Qualquer informação adicional relativa à Proteção de Dados pessoais pode ser obtida junto da CNPD - Rua de São Bento n.º 148-3º 1200- 821 Lisboa - Tel.: + 351 213928400 - Fax: +351 213976832 - e-mail: [geral@cnpd.pt](mailto:geral@cnpd.pt)

Lisboa, 27 de dezembro de 2022